



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA N° 4/2022

SESSÃO ORDINÁRIA

30 DE JUNHO DE 2022

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto Cardoso Almeida

2º SECRETÁRIO: Rita Margarida Passarinho Navalho

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

Intervenção do Publico

Ordem de Trabalhos

- 1. Aprovação das atas das sessões anteriores;**
- 2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 3. Proposta de prestação de contas consolidada de 2021;**
- 4. Proposta de revisão extraordinária do Contrato de Gestão Delegada - Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal do Médio Tejo, EIM, SA;**
- 5. Auto de transferência de recursos – Juntas de Freguesia;**
- 6. Alteração ao Modelo de Organização interna;**
- 7. Empréstimo de MLP no valor até 597 mil euros – Redistribuição de valores das obras a financiar;**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Joaquim António Lopes Serras, Rui Manuel Lourenço Valente, Dora Grácio, Fernando Cascalheira Vasco, Marcelo Serras, Rita Margarida Passarinho Navalho, César Filipe Gonçalves Marques, Paulo Jorge Falcão Lourenço, José Fernando Esteves, Vítor Júlio Outeiro Morais, Alcina Manuela Batista Pinto Cardoso Almeida, Miguel Afonso Catalão Alves, Paulo José Casola Pedro, Dora Maria Lavrador dos Santos, Duarte Nuno Alves Batista. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Pedro Miguel Lobato Duque e Patricia Susana André da Silva. -----

Não esteve presente a Senhora deputada Maria Aida Costa Batista, que antecipadamente justificou a sua falta. -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

O Senhor Presidente da Assembleia deixou uma nota de louvor às associações do Concelho de Sardoal que estão a retomar a sua atividade, fazendo referência à vitória dos Lagartos na sua equipa de juvenis no campeonato da segunda divisão distrital,

Ata nro. 4

Realizada no dia 30-06-2022

Sessão Ordinária

manifestando a sua satisfação pelo facto de a comunidade ter, já de diversas formas, enaltecido essa vitória, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Sardoal também já o fizeram. -----

Referiu também a União Filarmónica Sardealense e todas as outras associações que nos arraiais têm tido bastante presença de todos, notando-se essa vontade de comparecer e que as pessoas estão ligadas às associações, o trabalho está a ser feito, as pessoas estão motivadas. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Paulo Falcão referindo-se à questão dos nadadores salvadores, considerando que o resultado não foi melhor, questiona o que é que vai acontecer agora, bem como qual vai ser o futuro daqueles elementos, em que posição é que eles vão ficar. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Dora Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago Montalegre, dizendo que nos últimos dias tem ocorrido com muita frequência, incêndios na Freguesia de Santiago de Montalegre, Alcaravela, Sardeal, tendo sido a Freguesia de Santiago Montalegre a mais castigada, agradecendo a todas as entidades que estiveram envolvidas no combate aos incêndios. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Miguel Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Sardeal, referindo-se aos incêndios que têm ocorrido no concelho, questionando se se tem feito tudo aquilo que está ao alcance, nomeadamente em meios, em vigilância ativa, sendo que nos últimos incêndios constatou que as faixas estavam limpas, nas faixas de contenção, o município está a fazer o seu trabalho, as freguesias também, o que é que se pode fazer mais para além daquilo que se está a fazer. -----

Referiu ter sido chamado à atenção por um oficial de segurança local, que ainda não tinha recebido os coletes de forma a poderem ser identificados, considerando importante que todos estejam identificados, também lhe foi dito que não existe a placa de Ponto de Encontro em Andreus, o que também é importante saber se houver necessidade de tirar alguém de casa. -----

Referiu o incêndio em S. Simão, no dia 14 de junho, tendo recebido uma mensagem às 15:13 e a GNR chegou eram 15:40 e sem ter perguntado, foi-lhe dito que não tinham sido notificados, que só foram informados através do comando em Santarém, questionando se é um caso pontual, porque é muito importante o papel das forças de segurança no corte de estradas, na deteção de algo anómalo, querendo saber se isso já está resolvido também. -----

Continuou o Senhor deputado, referindo ser importante os presidentes de junta terem um documento que os identifique num incêndio, pois pode haver autoridades externas que não os conhecem, bem como coletes. -----

Informou ter dado conhecimento ao executivo municipal da questão do furo de Entrevinhas, que está sem água, sendo importante e fulcral o tanque que existe naquele local. -----

O Senhor deputado parabenizou as diversas associações nomeadamente a AJS que em parceria com a Associação Cultural e Desportiva dos Valhascos tiveram o primeiro festival interassociações que foi muito interessante, o Grupo Desportivo Os Lagartos de Sardeal, a Santa Casa de Misericórdia do Sardeal, que com esta mesa administrativa está a retomar os protocolos existentes com as diversas autarquias. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia, referindo concordar com a importância e necessidade de identificação das pessoas ligadas à Proteção Civil nos incêndios, mas enquanto Assembleia Municipal não entende qual a responsabilidade em relação aos presidentes de junta, no máximo pode assinar e comprovar os deputados municipais. -----

Disse ainda ser importante parabenizar Os Lobos de Carvalhal, porquanto uma parte daquela freguesia também pertence ao Sardeal, que ganharam a Taça Reconhecimento Inatel. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a questão do cartão é um pormenor, no limite, o responsável máximo da Proteção Civil pode preencher um cartão a dizer que o Presidente da Junta de Freguesia faz parte da estrutura de Proteção Civil, pois importante é que não haja constrangimentos no teatro de operações. -----

Sobre o furo, julga que este e o tanque são da junta, mas o que interessa é resolver a situação. -----

Continuou referindo que a situação da GNR é uma situação complicada e de alguma gravidade, devendo ser validado, porquanto quem notifica a GNR é o CDOS. -----

Continuou dizendo que em relação aos incêndios, está-se a deixar passar um tempo para se fazer a reunião do Conselho Municipal de Segurança para avaliar e analisar, até porque estará presente o Comandante da GNR. -----

Sobre os coletes, o kit para os oficiais de segurança local, só foi entregue um colete, mas a Câmara entende que deve haver um segundo colete, estando já marcadas as reuniões para a próxima semana com todas as equipas, todos os oficiais de segurança. -----

Disse que a questão dos incêndios é sempre muito complicada, mas tem-se conseguido dar uma resposta rápida em todos os sentidos. -----

Sobre os nadadores-salvadores, as coisas não correram bem, contudo a piscina vai abrir com um nadador salvador, a Câmara fez um contrato de prestação de serviço com uma empresa para assegurar a piscina durante todo o verão com o respetivo nadador-salvador, os trabalhadores, são assistentes operacionais da câmara e vão desempenhar funções de assistentes operacionais para a bilheteira, para a limpeza nem que seja para manutenção.

Tomou a palavra o Senhor deputado César Marques reiterando o trabalho do associativismo em Valhascos e Sardoal em que o festival interassociações foi um sucesso, estando-se no caminho certo com o apoio do Município e das Juntas de Freguesia. -----

Continuou o Senhor deputado referindo-se à questão da saúde, havendo ainda muitas pessoas sem médico de família, existindo dois na USP de Sardoal, as vagas para o concurso que houve de mobilidade para médicos foram reduzidas no Aces do Médio Tejo, e inclusive habitantes de Abrantes norte podem ter acesso a cuidados de saúde na USP de Sardoal acabando por ficar sem médico de família alguns utentes do concelho de Sardoal, questionando como está em termos de financiamento, se existe alguma perda. -----

O Senhor deputado também questionou sobre o médico dentista, se já está em funções e se os utentes já têm acesso a estes cuidados de saúde e como poderá ser feita essa referenciação. -----

Fez também referência à questão da proteção civil, querendo perceber se está pensado algum mecanismo para cativar novos elementos para a prática de voluntariado de bombeiros e não só. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos, parabenizando a realização do 1º festival interassociações e congratular a Câmara Municipal pelas férias desportivas e toda a organização de atividades que ocupam os tempos livres das crianças e também, nos projetos de voluntariado que divulga, nomeadamente este último projeto em parceria com IPDJ sobre a defesa e vigilância da floresta. -----

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Valhascos, Duarte Batista, parabenizando o trabalho de voluntariado no associativismo, para que as associações retomem as suas atividades, ressaltando o festival interassociações e o trail do Sardão que contou com quase 400 atletas inscritos, enaltecendo também a conquista do Grupo Desportivo Os Lagartos. -----

O Senhor deputado questionou sobre o ponto da situação do edifício devoluto na Rua das Flores, antiga pertença da Santa Casa da Misericórdia. -----

Referiu existirem três locais já identificados a necessitar de massa asfáltica na Rua das Figueiras, 8 de Setembro e Rua da Santa, querendo saber o ponto da situação. -----

O Senhor deputado fez referência ao incumprimento dos terrenos por falta de limpeza, querendo saber se a intervenção por parte do SEPNA está a ser pedagógica ou sancionatória e, caso haja levantamento do auto de contra-ordenação, questiona se o proprietário tem um limite máximo de dias para intervir no próprio terreno e em último caso se há hipótese do município se substituir ao proprietário e apresentar-lhe custas. -----

Continuou o Senhor deputado questionando sobre o processo concursal dos quatro assistentes operacionais para a creche Municipal. -----

Interveio o Senhor Presidente dizendo que, sobre o concurso, falta a parte da entrevista que se realizará nos próximos dias, sendo que irá a reunião de Câmara a abertura de concurso para mais três lugares, conforme o mapa de pessoal. -----

Em relação aos terrenos, disse existirem alguns proprietários notificados, alguns com coimas já atribuídas e alguns com contra-ordenações feitas, que depois terão direito a serem ouvidos, sendo que a substituição aos proprietários faz parte, inclusive o governo todos os anos cria uma linha de financiamento que pode ser utilizado pelos municípios para se substituírem aos proprietários incumpridores o que tem acontecido muitas vezes. Sobre o edifício da Rua das Flores, informou que o proprietário irá proceder à sua demolição, após a EDP resolver um constrangimento existente com um cabo de alta tensão. -----

Sobre o buraco na Rua da Santa disse ter de ser corrigido o mais rapidamente possível. Nas outras duas situações, referiu ser propriedade privada, na qual houve um recuo de um muro, contudo se os proprietários fizerem cedência ao domínio público então aí passa a ser a responsabilidade da Autarquia de alcatroar e alargar essas ruas, como tem acontecido. -----

Continuou o Senhor Presidente, referindo-se ao associativismo, o qual tem esse trabalho que é visível, mas também tem um trabalho que não é visível, todo o trabalho que os dirigentes associativos fazem preparando, por exemplo, as festas e também é de saudar. --

Disse também que o voluntariado na Proteção Civil é um problema, mas na sua opinião tem-se o modelo ideal, que assenta numa estrutura de profissionais que quando é esta altura do ano não são suficientes e todos os voluntários são bem-vindos, e com este número assegura-se uma resposta pronta, rápida e imediata. -----

A falta do voluntariado por parte dos bombeiros faz com que o governo e muito bem, para desgosto dos bombeiros esteja a reforçar a resposta através da GNR. -----

Sobre a questão do dentista, referiu ter falado com a senhora diretora do Aces do Médio Tejo que disse tudo apontar para que na semana seguinte se poderia contar com o médico dentista no Centro de Saúde, às segundas, quartas e sextas. -----

Em relação aos médicos de família e a possibilidade de pessoas que não são do concelho pertencerem ao ficheiro do Centro de Saúde disse existirem vantagens, nomeadamente o facto de a atribuição de médico de família ser feita também pelo número de utentes, sendo que neste momento existem 2 médicos de família e mais uma médica que não pode ter ficheiro porque é contrato outsourcing, mas que também faz atendimento e alivia um pouco o trabalho dos médicos de família. -----

Interveio o Senhor deputado César Marques dizendo que em relação ao voluntariado na proteção na proteção civil, o município já tem a redução da tarifa da água, já tem o livre acesso ao Centro Cultural e piscina, havendo municípios que apresentaram propostas como a redução de IMI, isenção de taxas de construção, se já alguma linha de pensamento para no futuro haver mais incentivo ao voluntariado nos bombeiros. -----

O Senhor Presidente respondeu que o ideal seria que os decisores políticos entendessem que ser voluntário numa corporação de bombeiros é muito diferente daquilo que se entende como voluntariado, pois o que se pensa ser voluntário é grátis e não é verdade, dado que um voluntário bombeiro tem que ter formação, sendo sua opinião que deveria haver incentivos financeiros também para os voluntários que existem durante o dispositivo, mas os voluntários não podem querer ser só voluntários quando recebem 60 euros nos dispositivos e noutras alturas não o serem, tem de haver disponibilidade para o serem durante todo o ano. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo ter sido decretado pelo governo que os médicos de família serão majorados em 160 por cento quem quiser vir para territórios de baixa densidade populacional, o que é um incentivo muito interessante. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco dizendo que os timings dos processos no Sardoal são exageradamente altos, referindo o processo da Casa dos Almeidas que já tem anos e continua igual, assim como a Barragem da Lapa, cujo processo já dura também há muitos anos, o Colégio, já se vê obra, mas também levou anos, a recuperação do bairro da torre, também ainda não está feita, questionando sobre a ETAR, processo que também já tem alguns anos de o que é que a Câmara tem feito, o que é que desenvolveu que contactos fez no sentido desbloquear este problema. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Vitor Morais, dizendo não ter ficado esclarecido sobre as faixas de contenção questionando se o trabalho está todo concluído e se a Câmara teve de se substituir a algum proprietário. -----

Interveio o Senhor deputado Paulo Pedro começando por enaltecer o Grupo Desportivo de Alcaravela, pelo sucesso que teve na taça de Inatel. -----

Referiu estar muito preocupado com os fogos porque ainda naquela tarde foram descobertas duas ignições em Alcaravela, infrutíferas, todas as entidades no terreno têm de tentar que se acabe com isto, agradecendo também a todas as entidades que têm combatido estes incêndios pelo sucesso e pelo esforço. -----

Questionou sobre a Etar da Presa, se já está em funcionamento, e se já há novidades sobre as antenas instaladas no concelho. -----

Questionou ainda sobre a Tojeira e Pisão, qual o ponto da situação do concurso. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo que a pavimentação de Tojeira e Pisão terá início este ano. -----

Sobre as antenas é de iniciativa privada, a Câmara tem acompanhado, e o que é dito é que será resolvido em breve. -----

Relativamente à Etar da Presa ultrapassou a de Andeus e, sobre esta referiu que a Câmara nunca fugiu às suas responsabilidades, dizendo ser ou da Tejo Ambiente ou da Águas do Tejo, a Câmara tem acompanhado o processo, existindo muitas situações que a todos ultrapassam, existindo um histórico de concurso vazios, de reclamações, muita coisa tem acontecido. -----

Em relação às faixas de contenção, o trabalho não está todo feito, existindo alguns constrangimentos devido à nova legislação da defesa da floresta, que não permite intervenções nos terrenos devido ao risco de incêndio. -----

Sobre a substituição dos proprietários a Câmara tem-no feito noutros anos, sendo que a maior parte dos proprietários depois de receberem a notificação, vão para o terreno e fazem. -----

O Senhor Presidente referiu ter uma informação sobre a Barragem da Lapa, que dará ao Senhor Presidente da Assembleia para que faça chegar aos Senhores deputados. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente, dizendo que os buracos referidos pelo Presidente da Junta dos Valhascos não são buracos, são crateras, havendo espaços que estão a pavimentar, mas foram autorizados pela câmara, tendo ouvido numa reunião de Câmara que houve uma troca por mutuo acordo de espaços, tendo sido cedido espaço da rua por outro espaço, e é muito perigoso para quem circula nestas duas ruas. -----

O Senhor Presidente respondeu não existirem só esses buracos em Valhascos, existem outros e a Câmara não tem estado parada, tendo sido prioridade da Autarquia a estrada na Serra de Alcaravela. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo-se à nacional 244-3 e manifestando a sua preocupação com as vias alternativas dos veículos pesados que já demonstram desgaste questionando qual o ponto de situação, qual o seu estado de degradação, qual é a estimativa prevista nesta fase em termos de intervenção e qual é o prazo espectável para estar resolvida. -----

Questionou sobre o ponto da situação do PDM e sobre a Barragem da Lapa, questionando sobre a verba que estava acordada ser transferida por várias entidades porque o processo foi passando entre entidades desde a Águas do Centro até Águas de Vale do Tejo ou Epal, e também sobre a questão de segurança do talude, que limitava a quota da enchimento da barragem. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo que a quota não tem a ver com o talude, sendo que o comportamento do talude tem vindo a melhorar e de acordo com a informação que tem, não está em risco neste momento, a quota tem a ver com o resto de barragem, que tem que ser repostos. -----

Informou que o gabinete jurídico entendeu fazer mais uma reclamação para se passar ao patamar seguinte, porquanto existe um conjunto de responsabilidades que as águas do Vale do Tejo querem passar para o Município, mas que o município não as pode assumir.

Sobre o PDM referiu ter sido entregue no dia 31 de maio a proposta final do Plano Diretor Municipal com todos os documentos previstos estando em análise pelas diferentes entidades que constituem a comissão consultiva do PDM. -----

Sobre a estrada nacional, referiu ser uma preocupação, tendo sido feita consulta ao mercado e de acordo com o diagnóstico feito pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, existem 3 empresas projetistas que irão fazer o projeto, trabalho que será adjudicado na semana seguinte tendo existido três valores 25 mil, 45 mil e 60 mil só para fazer o projeto, o valor da obra depende depois do projeto. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara referindo que as passagens hidráulicas nada têm a ver com o encosto dos taludes da ponte, aqueles ressaltos que existem, têm a ver com as faixas de gestão de combustível, em que havia grandes eucaliptos e com o corte dos mesmos, aquilo apodreceu e teve um abaixamento, sendo que o problema que está ali tem que ver com uma fenda longitudinal desde a base em todo o arco até à outra base, nos dois lados, mas na opinião do LNEC tem a ver com uma

questão de fundação que por qualquer razão fez com que tivesse um abaixamento e a continuar a passarem de carros pesados naquela passagem hidráulica pode ter consequências graves, mas pode danificar tal forma que elas não sejam mais reparáveis. --
Referiu ainda o Senhor Vice-Presidente que a Câmara irá contratualizar um projeto 3 em 1, para as passagens hidráulicas e também para o talude da ponte de Santa Clara. -----

Intervenção do Público

Sem intervenções. -----

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação da ata da sessão anterior;

Postas a votação as atas das anteriores sessões de 25 e 29 de abril as mesmas foram aprovadas, a primeira por unanimidade e a segunda, com 16 votos a favor. -----

2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o documento é o registo da atividade desde a última Assembleia Municipal, havendo um aumento da dívida de 127000€, que tem a ver com o aumento dos combustíveis, da eletricidade e com alguns pagamentos que foram feitos de obras, fundos comunitários dos quais a Autarquia ainda não foi ressarcida. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves perguntando se podia adiantar mais alguns dados, sobre as festas do concelho, se já existem bandas contratadas, e se na questão do tecido associativo, se vai haver novas tasquinhas como houve no passado. -----

O Senhor deputado fez referencia à participação do Senhor Vice-Presidente da Câmara no seminário promovido pela Associação dos Valhascos e a AJS, em representação do Senhor Presidente, ao que o Senhor Presidente referiu ter viajado nessa noite para o estrangeiro em representação da Tagus. -----

Sobre as festas do Concelho, disse que será realizada uma reunião brevemente com as associações para se perceber qual é a vontade que têm, sendo certo que será um esforço financeiro para o município fazer as festas do mesmo modelo que se fez e ter um conjunto de grupos musicais como por exemplo os Black Mamba, a Brigada Vitor Jara. -----

Referiu que o modelo será igual ao dos anos anteriores com feira de artesanato, saberes e sabores, com um palco também no parque de estacionamento para se poder prolongar mais um bocadinho a noite pós-palco principal. -----

3. Proposta de prestação de contas consolidada de 2021;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo ser um documento técnico, no qual existia um valor que estava classificado como previsão, sendo para passar para outra

classificação, e tem de haver esta consolidação das contas, mas só a partir de um determinado valor, todos os outros tirando a Tejo Ambiente não tem a expressão necessária para que haja a este procedimento das contas consolidadas. -----

Considerando o artigo 76º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, bem como o artigo 75º da mesma Lei, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar os documentos de prestação de contas consolidados, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

4.Proposta de revisão extraordinária do Contrato de Gestão Delegada - Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal do Médio Tejo, EIM, SA;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o concelho tem um sistema de águas residuais e condutas com algumas décadas e que precisa de ser renovado nomeadamente as ETARs, algumas delas precisam de ser renovadas porque têm um tempo limite de vida e com o tempo começam a dar problemas que são refletidos nas análises que são feitas e perante estas, sabe-se que, com o tempo irá ter-se problemas como roturas, perdas de água, resíduos, e a renovação deste sistema pode ser feito de duas formas recorrendo à capacidade de endividamento ou através de fundos comunitários e de acordo com as políticas europeias e as políticas do governo, dizem que os sistemas se querem financiamento comunitário tem que haver agregação, o Sardoal pela sua dimensão não pode concorrer a fundos comunitários e com o tempo vai haver ganhos. -----

O que acontece também de acordo com a lei das finanças locais e de acordo com a Lei da água, os custos deste sistema têm de ser imputados ao consumidor final e, dando como exemplo o sistema de Cabeça das Mós, as obras de Cabeça das Mós quase 100% daquela localidade deixa de ter fossas, pode ser toda ligar ao sistema, se for obra Municipal só com financiamento Municipal teria de se imputar à faturação o milhão de euros, mas sendo um sistema agregado, como é o caso só é imputada na faturação aquilo que é a componente nacional ou seja, a parte da Autarquia, que é uma diferença substancial sendo por isso que os seis municípios aderissem a este sistema. -----

Continuou o Senhor Presidente referindo existir um estudo de viabilidade económica e financeira inicial que foi assente em alguns pressupostos que depois se vieram a revelar que não eram os melhores ou incorretos, nomeadamente o IVA a 23%, por ser uma

Associação intermunicipal, bem como outros pormenores e algumas situações que que obrigam a que tivesse que ser feita uma revisão este este EVEF. -----
Disse ainda que não se pode olhar só para a questão financeira desta empresa, mas também para a responsabilidade e consciência ambiental e ecológica e já se consegue fazer a redução de perdas de água que é muito importante para o ambiente e juntando a tudo isto tem havido um aumento brutal dos sistemas em alta que é o preço que se compra os serviços e tudo isto faz com que a empresa tenha estes desvios financeiros e sendo certo que de acordo com a legislação ao fim do terceiro ano de prejuízo tem que se decretar a extinção da empresa o que seria pior para qualquer um dos municípios associados. -----
Continuou o Senhor Presidente referindo que o importante para o concelho é que este estudo de viabilidade económico-financeira venha por termo a este caminhar que tem sido um prejuízo, mas hoje em dia vender a água ao preço que se vendia ou ainda se vende em alguns municípios é um atentado à sustentabilidade do planeta. -----
Todos estes estudos estão aprovados pela ERSAR, e as recomendações desta entidade também estão neste estudo de viabilidade económica e financeira, não vendo outra forma de se fazerem as coisas. -----
Interveio o Senhor Presidente da Assembleia referindo que na sua opinião há uma mudança de paradigma no que diz respeito à gestão destes recursos, quando se fala da Tejo Ambiente fala-se só de água e isto é muito mais do que água, basta olhar para uma fatura, como resíduos sólidos e saneamento e os autarcas também devem de ter um papel importante na educação de alguma população para que percebam esta mudança. -
Referiu que os resíduos sólidos são tratados de maneira diferente, assim como o saneamento que é feito com cuidado completamente diferente, nomeadamente a questão das ETARs, e, os recursos hídricos custam dinheiro e quem tem de pagar é a população, porque é ela que consome. -----
Referiu também que a vantagem da formação desta empresa foi os ganhos de escala e a possibilidade de conseguir aplicar-se às águas e ao saneamento o melhor possível para que no futuro seja uma vantagem para as próximas gerações, e a médio e longo prazo o tratamento especializado neste setor vai trazer muito mais benefícios. -----
Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos referindo serem conhecidos os fatores que comprometeram a sustentabilidade desta operação, a Tejo Ambiente apresentou resultados negativos, mas existe uma luz no fundo do túnel e hoje tem-se a oportunidade

de se ser responsável e manter esta solução que é importante para a população a longo prazo, não obstante o aumento de preços que dói a todas. -----
Referiu que não se deve ver este assunto à luz político-partidária mas à luz de uma civilização humana que quer defender o presente e o futuro das gerações vindouras. -----
Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo que quando este projeto surgiu se calhar foi criada a ilusão nas pessoas de que se iria manter o preço da água barato, o qual era baixo por opção de quem governou o município, quer porque em parte uma parte da atividade dos custos de exploração desta operação água, saneamento e havia uma subsídio ao valor, não sendo imputados aos custos de venda ao consumidor todos os custos inerentes destas três operações e outra questão, é que não houve investimento porque de certa forma a rede estava estável, não houve um grande crescimento demográfico que assim obrigasse, mas há muito tempo que não se faziam investimentos na rede de água, de esgotos, de águas pluviais. -----
Não se pode ter a ilusão de que se não se tivesse aderido à Tejo Ambiente que se manteria o preço da água ao preço a que estava, até porque foi no momento em que por obrigação legal, quem estivesse a explorar esta atividade teria que imputar a partir daquele momento todos os custos da atividade ao preço de venda daqueles produtos, mesmo que município não tivesse aderido, o preço da água iria subir e, é importante que as pessoas tenham esta consciência, que de facto durante muito tempo teve-se água e os restantes produtos a preço baixo por uma opção política. -----
Quando se chegou à Tejo Ambiente e de acordo com os relatórios apresentados todos os municípios deram contadores a mais, deram consumos de água mais elevados, deram caudais de efluentes tratados nas ETARs abaixo do que eram, a grande maioria não tinha contadores de efluentes à entrada das mesmas, e isto passou-se em todos os outros produtos, todos os serviços, o que, juntando à questão do IVA que era suposto ser de 6% como para qualquer outra entidade pública. -----
Chegou-se à confirmação de que o estudo de viabilidade económica e financeira inicial tinha graves problemas e a validade económica da empresa estava em causa, na sua opinião, deve continuar a apostar-se na Tejo Ambiente porque é uma boa solução, mas de uma vez por todas, os políticos, os munícipes, os membros do conselho de administração e quem tem cargos de gestão na empresa, até aos funcionários, tem de se perceber que aquela empresa tem que ser tratada e gerida de uma outra forma. -----

Disse ainda que o parecer da ERSAR é positivo, mas tem muitas ressalvas havendo muitas questões que a Tejo Ambiente não aceitou as suas recomendações e algumas iriam beneficiar os consumidores outras nem tanto. -----

Disse também que a empresa tem alguns problemas de gestão, nomeadamente nos fornecedores de água, refere não perceber se existem intermediários, assim como em termos de recursos humanos e aquilo que toda a gente fala é o número viaturas a circular, é o que os funcionários comentam no café e isto e isto tem que mudar e terá de haver muito rigor na gestão da empresa para ficar no bom caminho. -----

Sobre a questão ambiental questionou com que água eram regados os jardins da Vila. ----

Referiu que só um funcionário do município é que passou para a Tejo Ambiente, questionando sobre os outros funcionários, se foram alocados a outros serviços. -----

Continuou Senhor deputado referindo não estar tranquilo com o documento do estudo de viabilidade, pois traz um aumento elevado, cabendo a cada um dos consumidores fazer o seu papel e reduzir o consumo ao mínimo indispensável e tendo consciência que por menos ou nulo que seja consumo existem sempre perdas de água, as quais têm de ser pagas. -----

Disse ainda que uma das recomendações da ERSAR e que a Tejo Ambiente não acatou foi a obrigação da recolha dos resíduos orgânicos para encaminhamento para tratamento tendo ficado com a ideia que a Tejo Ambiente para já não está a pensar nesta obrigação legal que irá chegar muito rapidamente. -----

Tomou a palavra o Senhor o Senhor Presidente referindo-se aos bio-resíduos, em que é referido no documento não ter sido incluído qualquer impacto, informando estar a preparar-se um estudo piloto, em cada município o qual será apresentado brevemente. ---

O Senhor Presidente referiu que em relação ao número de funcionários, no início eram 126 sendo atualmente 134, porque havia em Tomar uma sobrecarga grande de horas extraordinárias no serviço que eram prestados, tendo havido reclamação dos trabalhadores e teve que ser corrigido com o serviço prestado por turnos, daí a entrada destes 8 trabalhadores, sendo que nestes três anos também houve contratos a termo que foram renovados e outros não, houve trabalhadores que se justificava a sua continuidade e outros foram substituídos. -----

Em relação ao aumento, é por dez metros cúbicos e o mais de 90% dos consumidores da Tejo Ambiente são consumidores de dez ou menos, metros cúbicos tem um aumento de 4,81 euros, por mês. -----

A questão dos carros, referiu ter a lista das viaturas e não há carros a mais, há os necessários. -----

Relativamente aos recursos humanos da Autarquia, informou ter havido um único trabalhador que quis transitar, sendo que todos os outros estão a desempenhar outras funções. -----

Continuou referindo que o município não deu contadores, inclusive as contas da Autarquia eram auditadas com alguma regularidade pela ERSAR, o que acontecia, assim como nos outros municípios, é que os autoconsumos não eram contabilizados, era uma não receita e agora passou a ser uma despesa, sendo que os fontanários, os jardins, não tinham contadores e agora tudo tem contador e sabe-se qual é que é o consumo real e a real dimensão das perdas de água. -----

Interveio o Senhor deputado Rui Valente referindo que a água é um bem essencial, que escasseia e todos têm de ter cuidado considerando a argumentação do Senhor Presidente, para viabilizar a empresa, válida, mas que esta empresa foi “vendida” há 3 anos, às pessoas como sendo uma solução muito mais vantajosa para os munícipes, água mais barata e era suposto trazer vantagem para os munícipes e não está a trazer. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo que aquilo que era uma tolerância que houve até determinada altura deixou de existir havendo municípios neste momento que estão a ser notificados com muito dinheiro, para imputarem no prazo de x tempo e aquilo que são as despesas, no consumidor final, sendo que hoje não se poderia ter os preços que se tinha até esta data e também não se pode esquecer as obras que é necessário fazer e o valor das mesmas tem de ser imputado na faturação, no sistema agregado é 15% no sistema não agregado seria 100%. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia referindo que, ao contrario do que disse o Senhor deputado Rui Valente, na sua opinião a Tejo Ambiente será vantajosa para os munícipes, porquanto é uma empresa especializada na análise de todos os problemas que envolvem o ciclo da água, o ciclo de saneamento e dos resíduos sólidos, irá abordar as fugas de água de uma forma distinta de que cada Município iria fazer individualmente, para si, a médio e longo prazo vai haver muitos ganhos, assim como o valor das obras e da possibilidade de o município as fazer só com 15%, sendo isso, por si só, já uma grande vantagem. -----

No âmbito do disposto nos pontos 5 e 6 do artigo 29º, do decreto-lei nro. 194/ 2009, de 20 de agosto e considerando a alínea m) do nro.1, do artigo 25º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 22º, da Lei nro. 50/2012, de 31 de agosto, a Assembleia Municipal de

Sardoal aprovou, por maioria a Proposta de revisão extraordinária do Contrato de Gestão Delegada – Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal do Médio Tejo, EIM, S.A. com onze (11) votos a favor (PSD) e sete (7) votos de abstenção (PS). -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

5.Auto de transferência de recursos – Juntas de Freguesia;

Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal, referindo não ser o acordo ideal é o acordo possível, houve um aumento de 12% no acordo de execução para as 4 freguesias. -----

Referiu ser um bom acordo, tentou perceber-se o que era melhor para as freguesias, para os fregueses e para os munícipes, tendo-se chegado a um entendimento, os presidentes de junta queriam, todos, um pouco mais, mas o dinheiro é escasso. -----

Disse ainda que se as matérias-primas continuarem a aumentar, nomeadamente os combustíveis, energia, poderá ter que ser revisto, em alta, como aconteceu no passado quando teve de se fazer a higienização dos espaços públicos de 2 em 2 dias, o município teve em atenção e majorou em 10%. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo ser um documento de consenso que se entendeu ser o melhor para as freguesias. -----

No âmbito do decreto-lei nro. 57/2019, de 30 de abril e considerando a lei nro. 50/ 2018, de 16 de agosto, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar, as competências e montantes financeiros a transferir para as Juntas de Freguesia, com dezoito (18) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

6.Alteração ao Modelo de Organização interna;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que o modelo de organização da Autarquia é constituído por 3 unidades orgânicas, existindo a divisão de ambiente e urbanismo e a divisão de recursos humanos, administrativa e financeira, contudo a terceira unidade nunca foi preenchida e, considerando agora a transferência de competências, o volume de trabalho e a necessidade de haver outro dirigente intermedio, é intenção abrir um procedimento concursal para um lugar de cargo de direção para a área da saúde, educação, ação social. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo perceber-se os motivos mas na proposta apresentada existe um parágrafo que fala de promover relações sociais harmoniosas no trabalho, e na sua opinião não deveria ser este o motivo, dado que existem outros mais fortes e as coisas devem ser fundamentadas mais objetivamente. -----
Referiu ainda que estas propostas deveriam ser assinadas por quem tem um cargo politico, independentemente de quem as elabora porque é uma questão de assumir as suas responsabilidades politicas. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo entender o que disse o Senhor deputado, sendo a responsabilidade politica do executivo, que pediu que fosse elaborada a informação e a responsabilidade é sempre sua, dado que é o responsável pela Ordem de Trabalhos e independente da assinatura da informação, a primeira responsabilidade é sempre do Presidente da Câmara. -----

De acordo com o estipulado no artigo 6º, do decreto-Lei nro. 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a Alteração ao Modelo de Organização Interna dos serviços municipais, com dezoito (18) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

7.Empréstimo de MLP no valor até 597 mil euros – Redistribuição de valores das obras a financiar;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que o empréstimo contraído tinha um fim específico, havendo um valor de 3989€ que sobra do empréstimo inicialmente previsto para os passeios de Vale da Carreira, para o Parque de Autocaravanas, a Câmara assumiu o valor na sua totalidade houve a oportunidade de no PDR 2020 submeter uma candidatura e obteve-se o financiamento de 29771€, que é dinheiro que não é preciso utilizar no empréstimo, assim e por existirem duas ruas em Entrevinhas que não estavam previstas, irá intervir-se em Entrevinhas e aproveita-se para incluir estas ruas na empreitada, com esta sobra de valores, existindo também uma rentabilização de recursos porque as máquinas, trabalhadores, estaleiro já estão naquele local. -----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves questionando para quando estarão concluídos os arruamentos da Tapada da Torre, da Cabeça das Mós e de Entrevinhas. -----

O Senhor Presidente respondeu que na Tapada da Torre será quando terminarem as obras da escola e os camiões deixarem de andar a circular, que é no próximo mês. Entrevinhas é tudo a mesma empreitada e está a decorrer e, Cabeça das Mós, também é a mesma empreitada existindo um pequeno interregno porque se descobriu condutas de fibrocimento, tendo havido um impasse porque a Tejo Ambiente tem a responsabilidade da sua substituição, era uma obra que já estava prevista, já está aprovada e vai avançar-se. O Senhor deputado Adérito Garcia apresentou uma declaração sobre a abstenção dizendo o seguinte: -----

“A nossa abstenção não tem tanto que ver com a necessidade das obras porque concordamos com elas todas, mas, é uma questão de princípio, porque quando este empréstimo foi votado, a bancada do PS genericamente votou em abstenção e, os fundamentos que na altura nos levaram a votar em abstenção foi, por um lado, não bloquear as obras porque de facto eram importantes, mas tinha a ver mais com o prazo empréstimo, de 20 anos, que na altura foi aprovado, foi proposta e foi aprovado, hoje, que votamos em abstenção, concordamos, como toda a gente, com a necessidade daquelas obras, mas continuamos a achar que o essencial, que tem a ver com a base do empréstimo, mantemos a mesma posição e tem mais a ver com isso do que propriamente com as obras.” -----

Considerando o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar a contratação do empréstimo até 597 mil euros, para pavimentação arruamentos Cabeça Mós – 350 mil euros; pavimentação arruamentos Entrevinhas – 65 mil euros; conclusão pavimentação PES – 58 mil euros; pavimentação arruamentos Sardoal, nomeadamente na Tapada da Torre – 35 mil euros; passeios Vale da Carreira – 14 mil euros e Estação de Serviço e Parque de Autocaravanas – 75 mil euros; com doze (12) votos a favor (PSD e Miguel Catalão Alves) e seis (6) votos de abstenção (PS). -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram 23h20m, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____